

C B
H A

40° COLÓQUIO DO
COMITÊ BRASILEIRO
DE HISTÓRIA DA ARTE

PESQUISAS EM DIÁLOGO



40° COLÓQUIO DO
COMITÊ BRASILEIRO
DE HISTÓRIA DA ARTE

PESQUISAS EM DIÁLOGO

Realização



Co-realização



Universidade
Federal de
Uberlândia



**CBHA - Comitê Brasileiro de História da Arte
Fundado em 1972**

Presidente de honra: Walter Zanini (*in memoriam*)

Diretoria do CBHA (2020-2022)

Presidente: Marco Antônio Pasqualini de Andrade (UFU)

Vice-presidente: Neiva Maria Fonseca Bohns (UFPEL)

Secretária: Rogéria Moreira de Ipanema (UFRJ)

Tesoureiro: Arthur Valle (UFRRJ)

Conselho Deliberativo (2020-2022)

Almerinda da Silva Lopes (UFES)

Blanca Brittes (UFRGS)

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira (UnB)

Luiz Alberto Freire (UFBA)

Maria de Fátima Morethy Couto (UNICAMP)

Marize Malta (UFRJ)

Comissão de Organização e Comitê Científico do 40º. Colóquio do CBHA

Marco Antonio Pasqualini de Andrade (UFU / CBHA) (presidente)

Arthur Valle (UFRRJ)

Bianca Knaak (UFRGS)

Camila Dazzi (CEFET – RJ)

Eduardo Veras (UFRGS)

Fernanda Pitta (Pinacoteca do Estado)

Maria Inez Turazzi (UFF)

Maria Izabel Branco Ribeiro (FAAP)

Neiva Maria Fonseca Bohns (UFPEL)

Rogéria de Ipanema (UFRJ)

Tadeu Chiarelli (USP)

Imagem da Capa

Sandro Ka, Imagem e semelhança, 2013. Gesso e borracha, 26 x 17 x 6 cm. Foto: Santo Clic

Diagramação

Vasto Art

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C72 - Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte (40: 2020)

Anais do 40º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Pesquisas em diálogo

(evento online), 7 -11 nov. 2020 (Organização: Marco Pasqualini, Neiva Bohns, Rogéria de Ipanema, Arthur Valle). Uberlândia: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2021 [2020].

375 p : 21X37 cm: ilustrado

ISSN: 2236-0719

<https://doi.org/10.54575/cbha.40>

1. História da Arte. I. Comitê Brasileiro de História da Arte. II. Anais do XXXIX Colóquio do CBHA.

CDD: 709.81

CBHA – Comitê Brasileiro de História da Arte

Publicações, colóquios anteriores e demais informações estão disponíveis em:

<http://www.cbha.art.br/index.html>

Contato: cbha.secretaria@gmail.com

Pelourinho de Mariana, monumento à barbárie

Roberto Conduru, Southern Methodist University/ CBHA

Resumo

O texto trata do Pelourinho de Mariana, em Minas Gerais, no sudeste do Brasil, que foi construído por José Moreira de Mattos a partir de 1750, destruído em 1871 e reconstruído em 1981, segundo um projeto elaborado em 1938 por José Wash Rodrigues a partir do auto de arrematação da obra, com algumas de suas partes remanescentes e novos elementos. É possível supor que a reconstrução do monumento resultou da tentativa de restaurar a configuração original de uma das principais praças construídas pelos portugueses na América do Sul, atuando contra as práticas de ocultação de certos aspectos da história no Brasil. Entretanto, a obra também pode ser lida como um índice peculiar de outros períodos antidemocráticos da história do país: o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a ditadura militar-civil vigente entre 1964 e 1985. E vista ainda como estímulo ao racismo vigente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Pelourinho de Mariana. José Moreira de Mattos. José Wash Rodrigues. Jaime Lauriano. Gê Viana.

Abstract

The text focus on the Pillory of Mariana, in Minas Gerais, southeastern Brazil, which was built by José Moreira de Mattos from 1750, destroyed in 1871 and rebuilt in 1981, according to a 1938 project by José Wash Rodrigues from its original contract term, with some of its remaining parts and new elements. It is possible to assume that the reconstruction of the monument resulted from the attempt to restore the original configuration of one of the main squares built by the Portuguese in South America, acting against the practices of concealing certain aspects of Brazilian history. However, the work can also be read as a peculiar index of two other anti-democratic periods in that history: the Estado Novo regime, between 1937 and 1945, and the military-civil dictatorship in force between 1964 and 1985. And it can also be seen as a stimulus to current racism in Brazilian society.

Keywords: Mariana's Pillory. José Moreira de Mattos. José Wash Rodrigues. Jaime Lauriano. Gê Viana.

Corpo da Comunicação

Símbolos da jurisdição municipal em Portugal, os pelourinhos remontam à Idade Média na região e à Roma antiga ou mesmo antes. Para António Amaro Rosa, “no caso brasileiro os pelourinhos não configuraram apenas um sinal de jurisdição municipal e um instrumento penal, mas igualmente um importante símbolo de soberania real portuguesa, símbolo esse que rapidamente se procurou erigir pelo território.”¹ Além da dimensão simbólica, os pelourinhos foram usados durante a colonização do Brasil como locais de divulgação pública de decisões da metrópole e da colônia, bem como de punição pública de criminosos, escravizados fugitivos e outros infratores da lei. Após serem julgadas e condenadas culpadas, as pessoas eram atadas ao pelourinho e castigadas fisicamente. Pelourinhos eram, portanto, monumentos, lembrando publicamente a metrópole, a ordem colonial e o antiexemplo dos insurgentes.

Pelourinhos, assim como outros objetos, edifícios e locais construídos para viabilizar e otimizar a colonização, o comércio de escravos e a escravidão, foram destruídos após a independência política do Brasil, à medida que a legislação explicitamente proibia punições violentas,² no declínio da escravatura, ao longo do século XIX e, sobretudo, após o seu fim oficial no país, em 1888. Para Rosa, “À semelhança do que sucedeu com alguns exemplares portugueses, certos pelourinhos brasileiros tiveram melhor sorte e acabaram por ser convertidos em candeeiros públicos ou foram simplesmente enterrados no chão.”³

Entre os poucos pelourinhos existentes no Brasil, destacam-se o de Alcântara, no Maranhão, e o de Mariana, em Minas Gerais. Comparado ao de Alcântara, que sobrevive como notória ruína, o de Mariana parece ter sido melhor preservado. Tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, a cidade de Mariana teve seu conjunto urbano e arquitetônico considerado Monumento Nacional em 1945.⁴ Inserido nesse contexto, o Pelourinho de Mariana tem uma história atribulada e um tanto singular.

O primeiro pelourinho da região foi construído próximo à Casa de Câmara e Cadeia após o arraial de Ribeirão do Carmo ter sido transformado na vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, em 1711. Segundo o médico e historiador Salomão de Vasconcellos, “a primeira despesa ordenada pela primeira camara da primeira villa levantada nas terras livres das Minas Geraes, foi a construcção do pelourinho!”, que era “de madeira e o mais tosco possível.”⁵ Tendo em vista o caráter simultaneamente simbólico e prático dos pelourinhos em Portugal e nos territórios coloniais portugueses, não surpreende que o “primeiro gesto da Câmara de 1711, [tenha sido] a despesa com o Pelourinho.”⁶ Também não causa estranheza a

¹ ROSA, 2014, p. 31.

² FRANCIS RAREY, 2015, p. 81.

³ ROSA, 2014, p. 33.

⁴ OLIVEIRA, 2020, 40.

⁵ VASCONCELLOS, 1938a.

⁶ VASCONCELLOS, 1938b, p. 54.

simplicidade do artefato fundamental para a inaugural vila, pois muitos pelourinhos no Brasil não passaram “de uma coluna de pedra e cal, de um tronco ou de um poste de madeira, por vezes pintado para ser melhor conservado, ao qual podiam ser colocadas argolas e braços de ferro.”⁷

A partir daquela data, a vila teve diferentes pelourinhos. Como as casas de câmara e cadeia, o pelourinho era um marco civil fundante das vilas. Segundo Rosa, “Na maioria das vezes o pelourinho assumia literalmente a função de eixo do concelho, já que era a partir da sua localização que se delineava geometricamente a nova povoação, com a demarcação do seu rossio, dos lugares da câmara, da cadeia e até da própria igreja.”⁸ Assim, à medida que a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana mudou de endereço, o pelourinho foi substituído por outro na nova localidade. Depois de 1745, quando foi criado o bispado, a vila foi elevada à categoria de cidade e renomeada Mariana, um edifício foi construído na rua Nova para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia. A partir de 1750, um novo pelourinho foi construído por José Moreira de Mattos no meio do largo criado junto àquele edifício, que foi designado sucessivamente como largo e/ou praça Nova, do Pelourinho, de São Francisco e, mais recentemente, Minas Gerais.

Este pelourinho não tinha, contudo, o caráter simples e tosco do primeiro pelourinho da localidade. Embora o risco original do pelourinho não tenha sobrevivido, o termo de arrematação permite observar a preocupação com a diversidade e a excelência dos materiais, bem como o esmero na execução da obra:

Será feito no meio do largo que será destinado para praça. As escadas da melhor pedra que deve ser bem lavrada e polida, assentada sobre alicerce de pedra e cal em que se funde toda a obra. A base será da qualidade da pedra das que se fizeram o adro da Senhora Santana e a coluna de pedra branca e lisa muito bem polida, sem mancha falsa ou outro algum defeito. O capitel, da mesma qualidade da base ou pedestal. Há de ter dois escudos: um no lugar que mostra o risco e outro da outra banda com as armas da cidade. A Pedra da fachada será diferente na qualidade e cor, podendo-se cercar, aliás será como a da base e capitel embutido na coluna. Os dois braços de chumbo, vazados por dentro. A esfera de cobre e a coroa do mesmo, sendo também dourada a cruz da cinta da espera, com mais bronzeado dos braços, com as balanças douradas, com alfanje de cobre prateado.⁹

Essa descrição leva a imaginar quão materialmente diverso, policromado e reluzente era o marco inaugural da cidade e da colonização portuguesa. Apesar do cuidado com que foi concebido e erigido, este pelourinho não sobreviveu, pois foi destruído em 1871 por determinação da Câmara, em meio à crescente campanha pública contra o regime escravocrata no Brasil e às vésperas da comemoração do bicentenário de fundação do arraial de Ribeirão do Carmo, que

⁷ ROSA, 2014, p. 32.

⁸ ROSA, 2014, p. 32.

⁹ Apud ANTUNES; SILVEIRA, 2016, p. 28.

ocorreu em 1872. “Talvez porque ficou vergonhoso uma cidade civilizada ter um instrumento de tortura em praça pública. Os jornais da época já tratavam o pelourinho como elemento de tortura, não como marca de civilização”, segundo o historiador Valdeir Araújo.¹⁰ É preciso considerar também que, por representarem o reino português, os pelourinhos eram referências ao Brasil colônia que deveriam ser esquecidas, quando não concretamente eliminadas e apagadas da memória.

Entretanto, no final da década de 1930, passados bem mais de 60 anos, a existência do pelourinho já não parecia ser constrangedora para alguns segmentos da sociedade de Mariana, de Minas Gerais e do Brasil. É o que podemos concluir a partir de um texto publicado por Salomão de Vasconcellos na *Folha de Minas* em junho de 1938, no qual ele diz estar seguramente informado “de que o illustre actual prefeito de Marianna, dr. Josaphat Macedo, espírito altamente conservador e amigo das tradições, está decididamente empenhado em mandar restaurar esse curiosíssimo monumento dos tempos coloniais”.¹¹ No mesmo texto, Vasconcellos defende que a demolição foi um “Erro imperdoável, porque, além de constituir esse bello monumento um attestado vivo dos costumes omineos da época, hoje felizmente abolidos, era elle modelado pelos seus congêneres portugueses [...] e uma verdadeira obra de arte.”¹²

Provavelmente, o interesse de Macedo na reconstrução da obra tenha decorrido das conclusões de Vasconcellos após ter analisado antigos documentos e artefatos. Em texto publicado na *Folha de Minas* em 19 de setembro de 1937, Vasconcellos informa que, naquele ano, ele encontrara nos arquivos da Câmara Municipal de Mariana o auto de arrematação da obra, datado de 30 de setembro de 1750.¹³ E que, a partir deste documento, ele concluiu que algumas partes do pelourinho, as cantoneiras da base e a parte superior da coluna central, haviam sobrevivido à sua destruição em 1871 e sido usadas para erigir o monumento comemorativo dos duzentos anos de criação do arraial de Ribeirão do Carmo, erguido em 1872, no largo em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, a Catedral da Sé. Confrontando o referido auto de arrematação com uma petição da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês datada de 26 de outubro de 1871, ele concluiu também que cinco degraus do antigo pelourinho foram usados para dar acesso ao presbitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em cuja sacristia fora guardado o escudo com as armas da cidade, que também é descrito no dito auto.¹⁴

Entre setembro de 1937 e junho do ano seguinte, a ideia de reconstituir o pelourinho avançou. Em fevereiro de 1938, o artista José Wash Rodrigues elaborou um projeto identificado como “Restauração do Pelourinho de Marianna (sic), de acordo com o auto de 1750 e e (sic) conforme as partes ainda existentes”.¹⁵ A primeira referência é o já citado auto de arrematação da obra. As referidas partes são as já mencionadas cantoneiras da base, a parte superior da coluna central e o

¹⁰ Apud FERNANDES, 2017.

¹¹ VASCONCELLOS, 1938a.

¹² VASCONCELLOS, 1938a.

¹³ FIGUEIREDO, 2017, p. 35-36.

¹⁴ VASCONCELLOS, 1937.

¹⁵ IPHAN, [s.d.], p. 2.

escudo com as armas da cidade. Mas o autor não se contentou em planejar a remontagem das partes sobreviventes de acordo com a descrição original da obra. Os elementos perdidos seriam fabricados a partir do desenho e das indicações de Wash Rodrigues.

É de supor que Macedo pretendesse usar este projeto de Wash Rodrigues na reconstituição do pelourinho. Entretanto, a despeito da pesquisa e das reflexões de Vasconcellos, do projeto de Wash Rodrigues e do suposto empenho de Macedo, a obra não foi executada. Entre 1938 e o final da década seguinte, o monumento ao bicentenário de criação do arraial foi desmontado, devido a mudanças no largo em frente à Catedral da Sé¹⁶ e, talvez, ao projeto de reconstrução do pelourinho. As partes consideradas originais do pelourinho devem ter sido então guardadas na Casa de Câmara e Cadeia, onde se encontravam quando, na década de 1980, a ideia de reconstruir o pelourinho voltou à baila e teve outro destino.

Com efeito, em 1981, o governo municipal de Jadir Macedo reconstituiu o pelourinho, sem que tenha havido debate com a população da cidade. Novamente, os agentes desse processo não se contentaram em remontar o que restou do antigo pelourinho. Poderiam ter configurado uma ruína com as partes sobreviventes, o que a aproximaria de outros tantos pelourinhos ainda existentes no Brasil, como o de Alcântara, sinalizando o fim da colonização e da escravatura. Mas optaram por recriá-lo, conjugando as partes supostamente remanescentes do pelourinho de 1750 a novos elementos constituídos a partir do projeto elaborado por José Wash Rodrigues em 1938. Assim, simularam um íntegro pelourinho, em parte desgastado pelo tempo, porém mais bem preservado que todos os outros no país.

O Pelourinho de Mariana pode ser visto como resultado da restauração de um bem setecentista que existiu durante pouco mais de 120 anos e do qual sobreviveram alguns elementos: sua descrição original, algumas de suas partes e seu contexto urbano-arquitetônico. O lapso de inexistência durante 110 anos e a perda de função após a independência do Brasil e o fim oficial da escravatura permitem que seja entendido como monumento novecentista elaborado com alguns elementos remanescentes do pelourinho setecentista e outros confeccionados na década de 1980 segundo desenhos concebidos mais de 40 anos antes a partir de uma descrição verbal de 1750. Como restauração ou monumento, é obra com autores e mentores: José Wash Rodrigues, Salomão de Vasconcellos, Josaphat Macedo, Jadir Macedo e, provavelmente, outros agentes da prefeitura e dos órgãos de preservação do patrimônio cultural.

A meu ver, construído após a obra setecentista ter sido desmantelada e desprovido das funções práticas de um pelourinho, embora seja nomeado como tal, o artefato criado em 1981 na praça Minas Gerais é um monumento. Mas o que celebra o Pelourinho de Mariana? Com certeza, celebra a municipalidade de Mariana. Ao figurar uma construção típica do reino e da colonização portuguesa, a

¹⁶ MARIANA, 2018, p. 21.

obra remete também a Portugal e seu colonialismo. Como no Brasil os pelourinhos estão associados sobretudo ao castigo de pessoas escravizadas,¹⁷ este monumento não deixa de lembrar ainda e especialmente a escravidão.

Provavelmente, este monumento resultou da tentativa de recompor a configuração original de uma das principais praças construídas pelos portugueses na América do Sul, complementando-a com o marco civil que lhe faltava, cujo projeto era conhecido e do qual existiam partes supostamente originais. Nesse sentido, vale citar como esta praça é percebida socialmente. Um exemplo é o texto elaborado em 2016 por estudantes do nono ano do ensino fundamental da Escola Vera Cruz, em São Paulo, sobre a Praça Minas Gerais, em Mariana:

em relação à organização dos monumentos é possível concluir que as igrejas de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho formam um conjunto arquitetônico de muito valor histórico, artístico e político, ao colocar lado a lado, o poder religioso, representado pelas igrejas, e o civil, pelo prédio da Câmara e Cadeia, ou seja, duas esferas de poder que controlavam as vidas das pessoas no tempo em que o Brasil era uma colônia de Portugal, e o poder do estado, representado pelo Pelourinho.¹⁸

Diferentemente dos estudantes de São Paulo, Sabrina Delamore Souza e Danielly Narducci Gualande, estudantes do curso de graduação em Conservação e Restauro no Instituto Federal de Minas Gerais, entendem que a construção do “monumento denominado atualmente de ‘Pelourinho’” complementou “a figuração setecentista”, mas “foi apenas uma reconstituição do cenário colonial”. E que a decisão de o construir “foi subjetiva, não tendo colaboração popular ou qualquer discussão de sua reconstrução”. Para elas,

a população da cidade que convive com esse cenário diariamente, não a reconhece como fragmento de sua formação, pois parte dela considera o monumento como um símbolo local que exemplifica a extrema exploração e submissão. A outra considera que, de certa forma, foi interessante a sua imposição para visitação e entendimento atual do local, atribuindo valor turístico ao bem.¹⁹

Sobre as ressonâncias temporais deste monumento, é preciso observar que, como tentativa de reconstituição de um instrumento de violência e tortura que visava à manutenção da ordem colonial e escravista, ele também é um índice peculiar de dois dos períodos mais antidemocráticos da recente história do Brasil: o Estado Novo, regime totalitário comandado por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, quando o projeto de reconstrução foi elaborado, e a ditadura militar-civil vigente entre 1964 e 1985, quando este projeto foi executado. Não é difícil imaginar o apelo

¹⁷ SALEMA, 2014, p. 33.

¹⁸ ASBAHR, SÁ E BENEVIDES, 2016.

¹⁹ SOUZA, GUALANDE, 2018.

que um signo de ordem autocrática e violenta como o pelourinho tinha para agentes e admiradores daqueles regimes autoritários.

É possível supor que a construção deste monumento visasse a atuar contra práticas de ocultação de certos aspectos da história no Brasil, como a escravidão e seus persistentes e deletérios efeitos sociais, que nunca foram devidamente pensados, enfrentados e combatidos no país. Entretanto, a obra não cessa de relembrar algumas práticas colonialistas e escravocratas que se tentou extirpar do cotidiano das cidades brasileiras, mas que lamentavelmente persistem na contemporaneidade. Ambiguidade que instaura uma dúvida: o Pelourinho de Mariana atua mais contra o apagamento e o esquecimento do passado ou no incentivo à continuidade daquelas práticas sociais? É mais monumento histórico e/ou artístico ou símbolo público do violento conservadorismo intrínseco à cultura brasileira?

A idealização e construção do monumento em períodos de governos antidemocráticos sugere a segunda hipótese. A dinâmica social brasileira atual reitera esta alternativa. A sobrevivência do racismo no Brasil atualmente é agudamente perceptível quando pessoas com ascendência africana são atadas a postes por bandidos em diferentes cidades do país. Sem ser ato inaugural nem derradeiro, ocorreu na avenida Rui Barbosa, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, em 2014, quando um jovem negro de 15 anos foi espancado, machucado, ferido a faca na orelha, desnudado e preso a um poste com um cadeado para bicicleta por homens, possivelmente integrantes de um grupo conhecido na região como “Justiceiros do Flamengo”, que o acusaram de ser ladrão.²⁰ Na mesma cidade, no bairro de Ipanema, um ano depois, Bruno Silva Sobral, suspeito de ter roubado um telefone móvel, foi amarrado a um poste por transeuntes, antes de ser liberado do poste e preso em flagrante por policiais. Ainda no Rio de Janeiro, em 2017, Fabiano Maria Ferreira foi agredido e amarrado a um poste dentro da estação de trem de Anchieta, após ser acusado de furtar um telefone móvel.²¹ No mesmo ano, na Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira, em Almenara, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, três pistoleiros assaltaram, torturaram e tentaram matar Jurandir Teixeira e Maria Rosa Teixeira, lideranças quilombolas, tendo amarrado Jurandir Teixeira a um poste de energia elétrica, entre outros atos bárbaros cometidos contra eles²²

Em 2017, o artista Jaime Lauriano realizou o vídeo *Justiça e Barbárie*, no qual “são apresentadas imagens de linchamentos ocorridos no Brasil.” Na apresentação da obra, ele recupera que

Textos e imagens de pessoas, em sua maioria homens negros, amarradas em postes públicos povoam as manchetes dos principais jornais brasileiros. Em suas versões digitais, tais notícias ganham

²⁰ GARCIA, 2014; REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2014.

²¹ SOARES, 2017.

²² RANGEL, 2017.

repercussão nos comentários deixados pelos leitores que, excitados com tais acontecimentos, elevam os “justiceiros” à heróis nacionais.

Ele ainda informa que,

Junto às imagens, são acrescentados diálogos retirados de comentários de leitores dos maiores jornais digitais brasileiros. Em comum, imagens e comentários naturalizam a violência perpetradas pela sociedade civil, transformando assassinos em justiceiros. Tal prática atualiza, de forma perversa, o passado colonial e ditatorial brasileiro.²³

A superposição de detalhes de imagens borradas e fragmentos textuais reitera a ideia do Brasil como uma sociedade em processo de dissolvência. Lamentavelmente não excepcionais, estas ações criminosas indicam que o pelourinho persiste no imaginário de determinados segmentos sociais brasileiros não como um signo de municipalidade e do regime colonial pretérito, mas como artefato urbano subsidiário ao castigo violento da população com ascendência africana no país.

O racismo à brasileira também ressoa quando, com alguma frequência, de acordo com Elias Fernandes, pessoas são fotografadas simulando, em suposto tom de brincadeira, aprisionamento e castigo físico no Pelourinho de Mariana.²⁴ Prática confirmada no relato do sociólogo Tulio Custódio no Instagram em 2019, “Nessa foto estou olhando indignado para duas turistas brincando com o Pelourinho, em Mariana (MG). Aliás, era o segundo momento do dia em que sentíamos nas narrativas e gestos o desrespeito com a memória do negro. Não é leve.”²⁵ É um tanto distinto o relato e a interpretação do educador Vinícius Antunes da Silva, de 2010:

A Praça se chama Minas Gerais, cruel síntese de um estado. Nela, o agrupamento da coerção na época imperial: igrejas, câmara, cadeia e pelourinho. Contam as histórias que aquele pelourinho lá não foi conivente com a tortura de ninguém, é novo na praça. O pelourinho antigo, evidente culpado, foi destruído em fins do século XIX. Curioso é que a Igreja de São Francisco, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, a Câmara, a cadeia, todas continuaram lá. Maldito mesmo era aquele pelourinho de 1750! Mas, Mariana deve ter perdido com turismo, pois pelourinho famoso mesmo é o de Salvador que é imaginário. Mariana, então, pra ser diferente, colocou um pelourinho de verdade, de pedra, representando aquele antigo: em cima estão as mãos da justiça e da punição, os símbolos reais, coisa belíssima de se ver. Agora, o pelourinho não serve mais pra amarrar ninguém, não é mais amigo da chicoteação. Pelourinho agora é artista fotográfico, é

²³ LAURIANO, 2017.

²⁴ FERNANDES, 2017.

²⁵ Apud DIASPORA.BLACK, 2021.

apoio pros namorados encostarem, é objeto de apreciação e curiosidade. Este pelourinho que está lá não aceitará mais tortura, o antigo que era culpado, um culpado feito de pedra que se calou junto com todos os apóstolos.²⁶

Na legenda de uma foto do pelourinho, ele acrescenta: “Antigamente das igrejas e da câmara se via escravo apanhando, hoje em dia vê casal se beijando no pelô.”²⁷

De acordo com Elias Fernandes, as reações às simulações de punição violenta se alternam entre o espanto de algumas pessoas, a revolta de grupos sociais que se sentem ofendidos por elas e a omissão de agentes e instituições públicas. Ele observa ainda como a sinalização do monumento é ruim, com poucas informações sobre os agentes e os processos históricos responsáveis por sua atual configuração.²⁸ Segundo Valdeci Araújo, deveria haver “um debate público para esclarecer esse tema e recolher sugestões de uma política de memória da presença negra da cidade, que procure valorizar essas pessoas, que procure dar representatividade a elas”.²⁹ Silêncio racista que se espraia dos espaços urbanos à academia e às instituições de preservação do patrimônio cultural. Para o historiador Gabriel Luz de Oliveira, “As narrativas em torno do patrimônio urbano [nas Minas Gerais] têm se concentrado, quando fazem referência às populações ameríndia e negra, apenas nos símbolos de coerção e de violência”, exemplificando com o caso de Mariana e sua “réplica atual do pelourinho”.³⁰

Com certeza, falta uma apresentação do monumento que permita a habitantes e visitantes da cidade conhecerem a história dos pelourinhos no mundo português, no Brasil e em Mariana, assim como, sobretudo, as razões e os sentidos do pelourinho erguido em 1981. Falta, sobretudo, um mais que tardio debate público sobre o monumento. O Pelourinho de Mariana é um caso típico de marco simbólico imposto à população no Brasil que carece de debate amplo, envolvendo os mais diversos agentes e setores sociais, sobre sua pertinência e seu destino.

Caso seja realizado um debate, talvez se possa transformar o Pelourinho de Mariana em algo socialmente positivo. Quem sabe até em um totem-cornucópia, como vislumbrado em uma obra da série de colagens digitais *Atualizações traumáticas de Debret*, elaborada por Gê Viana em 2020,³¹ na qual ela interfere sobre imagens do livro *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil), publicado por Jean-Baptiste Debret entre 1834 e 1839,³² e que se tornaram centrais no imaginário do Brasil oitocentista, particularmente da escravidão. Nesta obra, ao manipular *L'exécution de la Punition du Fouet* (Execução da Punição de Chicote), cobrindo o pelourinho de frutas

²⁶ SILVA, 2010.

²⁷ SILVA, 2010.

²⁸ FERNANDES, 2017.

²⁹ Apud FERNANDES, 2017.

³⁰ OLIVEIRA, 2020, 37.

³¹ Sobre Gê Viana, ver VERAS, 2020.

³² DEBRET, 1834-1839.

tropicais, entre outros acréscimos e substituições, Gê Viana reverte a coluna da punição, da violência e da morte em signo de nutrição, fartura e felicidade.

Sem debate e melhor enquadramento, o Pelourinho de Mariana persiste ressoando paixões e atrocidades de outrora. Como nos lembra Santacruz em “O Pelourinho”:

E ainda lá na Praça / Ostentando a coroa do poder e o braço da justiça / Erguido está o Pelourinho. / A sede do ouro, / Um grito de dor / E o cheiro de sangue pairam no ar. / E mais adiante ainda há suntuosos monumentos / O palácio onde morou o Conde de Assumar. / O negro no Pelourinho, chicoteado, ainda geme. / O sangue lhe escorre da carne machucada. / E esta terra ouviu calada / Os gritos de revolta contra o regime Escravocrata... / Assumar... / Assumar... / Vinde e vêde: / Ainda no Pelourinho geme um povo escravizado / E amarrado ao tronco, corpos ensanguentados / E o outro nas montanhas ainda reluz / Sem ser encontrado! / Um canto de negro entristecido chora / Ao lembrar tamanha crueldade de outrora / E de sangue, indelével, está marcada / Esta página de nossa história!³³

Em meio a silêncios e ruídos reais ou virtuais, o Pelourinho de Mariana permanece sendo um monumento à barbárie. Uma intervenção urbana que contrasta com os sítios históricos, monumentos, memoriais e ações de agentes e instituições de variados campos com os quais a escravidão, o colonialismo e seus persistentes efeitos vêm sendo combatidos na sociedade brasileira.

Referências

ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antônio. Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana (XVIII). In: PEREIRA, Carlos Alberto et al. (orgs.). *O Espaço e os Construtores de Mariana (Século XVIII)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2016, p. 15-36.

ASBAHR, Felipe Ito; SÁ E BENEVIDES, Maria Junqueira Netto de. Praça Minas Gerais: do passado ao presente. In: Casa Vera Cruz (org.). *Estudo do Meio: Minas Gerais*. São Paulo: Casa Vera Cruz, 2016. Consultado em: <http://site.veracruz.edu.br/escola/estudodomeio/minasgerais2016/2016/10/30/praca-minas-gerais-do-passado-ao-presente/> Acesso em: 17 set. 2020.

³³ SANTACRUZ, 1988.

BARBOSA, Zarcillo. Negro amarrado ao poste. *JCNET*, 23 fev. 2014. Consultado em: <https://www.jcnet.com.br/opiniaio/articulas/2014/02/284354-negro-amarrado-ao-poste.html> Acessado em: 15 set. 2020.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Prères, 1834-1839.

DIASPORA.BLACK. *História Negra de Ouro Preto*, 2021. Consultado em: <https://diaspora.black/historia-negra-de-ouro-preto/> Acessado em: 10 mar. 2021.

DO RIO. Homem suspeito de roubo é amarrado a poste em Ipanema, no Rio. *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 2016. Consultado em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1831989-homem-suspeito-de-roubo-e-amarrado-a-poste-em-ipanema-no-rio.shtml> Acesso em: 14 set. 2020.

FERNANDES, Elias. O pelourinho denuncia Mariana. *Ponto Final*, 28 set. 2017, <http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5775/o-pelourinho-denuncia-mariana>
Acesso em 14 set. 2020.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. *Inventário da Série “Termos de Arrematação e Contratos – 1715-1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana*. Mariana: UFOP, 2017.

FRANCIS RAREY, Matthew. Counterwitnessing the Visual Culture of Brazilian Culture. In: ARAUJO, Ana Lucia (org.). *African Heritage and Memories of Slavery in Brazil and the South Atlantic World*. Amherst: Cambria Press, 2015, p. 71-108.

GARCIA, Raphael Tsavkko. Menor preso a poste: barbárie racial exposta em zonanobre do Rio de Janeiro. *Global Voices*, 10 fev. 2014.

IPHAN. *Série Inventário. Mariana, MG. Pelourinho*. I.MG-0221.01

LAURIANO, Jaime. Justiça e Barbárie, 2017, vídeo, 2'31". Consultado em: <https://pt.jaimelauriano.com/justica-e-barbarie> Acesso em 10 mar. 2021.

MARIANA – *Revista Histórica e Cultural*, Mariana, AmaCult, jun. 2018. Consultado em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/60802443/revista-junho-de-2018>
Acesso em 17 set. 2020.

OLIVEIRA, Gabriel Luz de. *Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais): transformação do espaço urbano na cidade patrimônio (1938-1967)*. Ouro Preto: UFOP, 2020.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. Jovem negro é acorrentado nu em poste por grupo de 'justiceiros'. *Pragmatismo Político*, 03 fev. 2014.

RANGEL, Ediel. Em pleno 2017, negros são amarrados em poste de Comunidade Quilombola. *Portal Gueledés*. Consultado em: <https://www.geledes.org.br/em-pleno-2017-negros-sao-amarrados-em-poste-de-comunidade-quilombola/> Acesso em 13 set. 2020.

ROSA, António Manuel Amaro. *Os Pelourinhos da Lusitânia (1820-1974): do Vandalismo Oitocentista à Reabilitação pelo Estado Novo*. Lisboa: Universidade Aberta, 2014. (Dissertação de mestrado)

SANTACRUZ. O Pelourinho. *Voz de Marianna*, mai.-jun. 1988.

SILVA, Vinícius Antunes da. O Pelourinho de mariana. *Crônicas dumas Viagens*, 4 nov. 2010. Consultado em: <https://cronicasdumasviagens.wordpress.com/2010/11/04/o-pelourinho-de-mariana/> Acesso em 10 mar. 2021.

SOARES, Rafael. Homem amarrado em poste após furto em trem já foi espancado outras duas vezes. *Extra*, Rio de Janeiro, 12 abr. 2017. Consultado em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/homem-amarrado-em-poste-apos-furto-em-trem-ja-foi-espancado-outras-duas-vezes-21200851.html> Acesso em 13 set. 2020.

SOUZA, Sabrina Delamore; GUALANDE, Danielly Narducci. O pelourinho de Mariana: uma figuração do período colonial. In: FORUM MESTRES E CONSELHEIROS, 10, 2018, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2018.

VASCONCELLOS, Salomão de. Marianna Histórica – o pelourinho e as armas da cidade. *Folha de Minas*, 19 set. 1937.

_____. O Pelourinho de Marianna. *Folha de Minas*, 5 jun. 1938a.

_____. Relíquias do Passado. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 2, 1938b, p. 43-55.

VERAS, Luciana. Gê Viana: Corpografias e Performances. *Continente*, 5 nov. 2020. Consultado em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/239/ge-viana> Acesso em 10 mar. 2021.

Como citar:

CONDURU, Roberto. Pelourinho de Mariana, monumento à barbárie. *Anais do 40º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Pesquisas em Diálogos*, Evento virtual, CBHA, n. 40, p. 144-156, 2021 (2020). ISSN: 2236-0719.

DOI: <https://doi.org/10.54575/cbha.40.12>

Disponível em: <http://www.cbha.art.br/publicacoes.html>